



O Estado de S. Paulo - 14 Abr 2004

Para especialistas, autonomia é ameaçada

Contratos de gestão entre agência e Executivo poriam em risco sua independência

As agências reguladoras vão perder a independência caso o Congresso mantenha o texto do projeto de lei encaminhado segunda-feira pelo governo. A avaliação foi feita por investidores e especialistas da área, que condenam a criação do contrato de gestão entre reguladoras e Poder Executivo. "Esse instrumento subordina a agência ao ministério e compromete sua autonomia. Isso não se caracteriza numa forma para atrair investimentos", avalia o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales.

Apesar do avanço na questão do mandato dos dirigentes das agências, que não poderão ser demitidos pelo presidente da República, a inclusão do contrato de gestão foi considerada um retrocesso. Para o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, a idéia é mais danosa do que se imagina. "O não-cumprimento de metas criaria o risco de as agências não disporem dos meios para o exercício de suas nobres funções. Imagine o Banco Central sem recursos para fiscalizar o sistema financeiro?", questiona.

Na opinião do diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), Adriano Pires, a administração de Lula continua achando que as agências são órgãos do governo e não do Estado. "O contrato de gestão dá margem à intervenção direta, já que será supervisionado pelos ministérios. Assim, se um ministro resolver cortar as verbas para a agência, o dirigente ficará sem saída. Restará o pedido de demissão."

Outra medida criticada é a transferência das concessões das reguladoras para os ministérios. Segundo Pires, no Brasil há muitas empresas estatais, o que pode causar conflito de interesses. "A ministra de Minas e Energia (Dilma Rousseff), por exemplo, é conselheira da Petrobrás e da Eletrobrás. Ou seja, o poder concedente também tem posição dentro das estatais."

O presidente da Associação Brasileira das Prestadoras do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (Abrafix), Carlos de Paiva Lopes, reconhece que houve melhoras no projeto de lei, em relação ao texto posto em consulta pública, mas alertou que "quando se tenta diminuir o poder das agências, o investidor se preocupa".

Entre os pontos que preocupam as empresas, segundo ele, está a possibilidade de se criar agências estaduais e municipais, prevista na proposta, que teriam direito a parte dos recursos do regulador federal. Hoje, em telecomunicações, não existem agências regionais, mas o projeto, do jeito que está, incentivaria a sua criação. "Haveria uma incerteza jurídica muito grande."

Apesar das críticas, as medidas também receberam elogios. Para o presidente da maior operadora de telefonia móvel do País, a Vivo, Francisco Padinha, o projeto de lei "é bem equilibrado". Ele destacou a manutenção dos mandatos não-coincidentes dos conselheiros das agências. "Com isso, garante-se a estabilidade na regulamentação, o que deixa os investidores mais tranquilos."

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base, José Augusto Marques, o projeto que foi encaminhado ao Congresso é muito mais consistente que o anterior. "Mas precisa de aperfeiçoamentos, especialmente na questão dos contratos de gestão", afirma.

"O projeto melhorou, avançou, mas está longe de atrair investidores."